



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

NATASHA PÂMELA ARAÚJO DA SILVA

**TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: (Re) configuração do trabalho e os impactos para
o mercado profissional.**

CAMPINA GRANDE-PB

2016

NATASHA PÂMELA ARAÚJO DA SILVA

**TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: (Re) Configuração do Trabalho e os Impactos
para o Mercado Profissional.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento da exigência para obtenção de grau em Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Ximenes da Silva.

CAMPINA GRANDE-PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586t Silva, Natasha Pâmela Araújo da
Trabalho e serviço social: (re)configuração do trabalho e os
impactos para o mercado profissional [manuscrito] / Natasha
Pâmela Araújo da Silva. - 2016.
27 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Prof. Dra. Alessandra Ximenes da Silva,
Departamento de Serviço Social".

1. Serviço social. 2. Assistente social. 3. Mercado de
trabalho. 4. Reestruturação Produtiva. 5. Neoliberalismo. I.
Título. 21. ed. CDD 361.3

NATASHA PÂMELA ARAÚJO DA SILVA

**TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: (RE) CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO E OS
IMPACTOS PARA O MERCADO PROFISSIONAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, pelo Curso de
Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

Aprovado em: 19/06/2016

NOTA: 9.0

Banca Examinadora

Alessandra Ximenes da Silva

Prof.ª Dr.ª Alessandra Ximenes da Silva.
Departamento de Serviço Social/ UEPB
Orientadora.

Aliceane de Almeida Vieira

Prof.ª Ma. Aliceane de Almeida Vieira
Departamento de Serviço Social/ UEPB
Examinadora.

Nara Rúbya Barreto Paiva

Nara Rúbya Barreto Paiva.
Assistente Social – Secretaria Municipal de Campina Grande.
Examinadora.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. TRABALHO, SER SOCIAL E A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SOCIEDADE.....	06
3. RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO E OS PROJETOS NEOLIBERAL E SOCIAL LIBERAL.....	12
3.1 Social Liberalismo: Capital humanizado ou manutenção do capital?.....	15
4. SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	17
4.1 Trabalho e Serviço Social: Impactos para o mercado profissional.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
6. REFERÊNCIAS.....	25

TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: (Re) configuração do trabalho e os impactos para o mercado profissional.

NATASHA PÂMELA ARAÚJO DA SILVA

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as condições de trabalho as quais estão inseridos os assistentes sociais a partir das transformações societárias. Portanto, para o desenvolvimento da análise proposta foi necessário escrever, mesmo que de forma sucinta, sobre a categoria trabalho e as transformações do mundo do trabalho que ocorreram ao longo do tempo, relacionando à reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal que impõe a flexibilização, a precarização na atividade econômica, e a intervenção mínima do Estado causando maior exploração e redução dos direitos. E por fim, as implicações para o mercado profissional dos assistentes sociais por fazer parte do processo de precarização que iremos expor ao longo desse estudo. A pesquisa é um estudo bibliográfico, portanto, consiste em utilizar como fontes, livros e artigos. Elegendo como premissa a categoria trabalho, suas transformações e as consequências para o Serviço Social. Nesse contexto, evidencia-se como a intervenção é desafiante e compete ao profissional compreender as transformações que ocorreram, assim como, articular com o projeto neoliberal e buscar apreender as condições e relações de trabalho do assistente social, e como sugestão para o fortalecimento da categoria sinaliza quais possibilidades a seguir como forma de resistência, enfrentamento e luta da classe com uma atuação que deve estar em sintonia com o Projeto Ético Político Profissional.

Palavra Chave: Serviço Social. Assistente Social. Mercado de Trabalho. Reestruturação Produtiva. Neoliberalismo.

1. INTRODUÇÃO

Desde que foi instituído como forma de organização social e como elemento fundamental para sobrevivência do homem enquanto ser social, o trabalho tem sofrido uma série de modificações necessárias a adaptações que atendam aos seus interesses. Com o sistema capitalista, surgiu uma tendência de exclusão e insatisfação por parte das classes sociais menos favorecidas, trazendo reflexos ainda hoje difíceis ou resistentes a mudanças.

As mudanças ocorridas no modo de produção capitalista implicaram uma nova forma de organização da classe trabalhadora, caracterizada principalmente por uma acentuada política de marginalização da classe trabalhadora. Se de um lado o assalariado serviu para tornar a população com poder aquisitivo para comprar bens industrializados, o novo sistema gerou uma espécie de barreira de impedimento da ascensão social dos trabalhadores, que ficaram a mercê de um sistema que não contribui para flexibilização de hierarquia social.

Os grandes investidores passaram a se beneficiar dos altos lucros obtidos através do sistema capitalista e as classes menos favorecidas se tornaram verdadeiras vítimas de um sistema favorecido pelos avanços tecnológicos, mas que descarta cada vez mais mão de obra de trabalhadores. São inegáveis as contribuições trazidas à vida moderna, mas o capitalismo acentuou diferenças cada vez mais opressoras na ótica dos trabalhadores.

O modo de produção capitalista vem se transformando e conseqüentemente o modo de ser do trabalho, o que vai incidir no universo das profissões e impor novas formas de trabalho, a exemplo dos modelos de produção que visam aperfeiçoar a produção, dentre eles o taylorismo e o fordismo. Após a crise em 1970, considerada estrutural, e de acordo com Mészáros (2000: 14), “a crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos”, o capitalismo, para responder a crise, deu início a um processo chamado de reestruturação produtiva com finalidade de recuperar taxas tendenciais de lucro.

Esse método de produção preconiza produzir o que for necessário e, apoiado na ideologia neoliberal, vai afetar na forma de produzir e de ser da classe trabalhadora. Aqui, o capital chega ao ápice da alienação. Com isso, ocorre precarização nas condições de trabalho, diminuição nos gastos públicos do Estado. Tais mudanças refletirão no trabalho do assistente social, e Netto (1996, p.89). Diz que:

As alterações profissionais, assim, derivam da intrincada integração que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sócio técnica do

trabalho, e o complexo (teórico, prático, político, e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão.

Esse estudo tem como referência a categoria trabalho, e tem uma aproximação com os projetos neoliberal e social liberal através de uma correlação que situe e defina a função do Serviço Social intrínseco nesse processo de mudanças, e reflita todos os impactos e efeitos que chegaram a essa categoria profissional, como todo trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho paga com remuneração.

O objetivo desse estudo é, portanto, revelar impactos para o mercado profissional e sinalizar quais intervenções devem ser tomadas, como forma de resistência, enfrentamento e luta da classe. Assim, a pesquisa será bibliográfica e “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (Gil, 2002.p.44). Para tal propósito, foram pesquisadas e consultadas literaturas referentes ao assunto como: Trabalho, Serviço Social e as Transformações em curso.

2. O TRABALHO, SER SOCIAL E A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SOCIEDADE.

A categoria trabalho é o ponto de partida da teoria marxiana e explica todo momento histórico contemporâneo abrangendo várias áreas como: economia, política e classes. Além disso, explana também todo processo de transformação do trabalho, pois, o trabalho é condição de produção e reprodução da sociedade, no qual as pessoas se submetem para atender suas necessidades materiais, pois,

[...] as condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho (NETTO e BRAZ, 2006, p.30).

Sendo assim, o trabalho se configura como uma relação natureza x sociedade, em que o homem vai transformar a matéria em algum produto que lhe atenda. Conforme afirma a citação abaixo,

Significa que, ao construir o mundo objetivo, o indivíduo também se constrói. Ao transformar a natureza, os homens também se transformam -- pois adquirem sempre novos conhecimentos e habilidades. Esta nova situação (objetiva e subjetiva, bem entendido) faz com que surjam novas necessidades (um machado diferente, por exemplo) e novas possibilidades para atendê-las. (LESSA, 1999p. 22).

Isso implica dizer que o homem adquiriu conhecimento que não havia antes, além do mais, possui objetos de trabalho que usou anteriormente, mas que irá ajudar na construção de

outros objetos. Assim, a história da sociedade é marcada pelas alterações no mundo do trabalho, e foi com o trabalho que os homens e as mulheres diferenciam-se dos animais.

O trabalho é o instrumento de transformação homem/natureza que, ao transformar a natureza, também, transforma-se, adquirindo conhecimento e acumulando informação por ações determinadas, prévia-ideação, idealização e objetivação. Nessa linha de raciocínio, Marx faz uma distinção quando compara o “pior arquiteto e a melhor abelha”, pois o arquiteto projeta o seu trabalho, é previamente idealizado, ao contrário da abelha que faz instintivamente. (MARX, 1971). Essa intervenção humana é o ponto crucial da constituição do ser social, pois o trabalho é consciente, inteligente, com ele transformou não só a natureza como também a si mesmo, construiu a sociedade, a convivência dos homens através do uso da linguagem, a capacidade de trabalhar o corpo e a mente. Então,

O trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social; é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferenciação do ser social em face de outros seres da natureza. (BARROCO, 2006, p.26).

A socialização do processo de trabalho requer uma finalização prévia, pois o resultado a mesma oportunizou, e isso fica mais claro quando há escolha no uso de objetos e na transformação dos mesmos. O homem na execução de qualquer atividade tem a capacidade de inserir, identificar o que é ou não útil e isso é o que diferencia o ser humano das outras espécies, pois os homens ao longo da vida se transformaram, modificaram, evoluíram e essa mudança foi tamanha ao ponto de criar máquinas, avançar com uso da tecnologia, o que sinalizou para aonde ir, isso foi possível com o homem através do trabalho.

E segundo Barroco (2006, p.29), “para transformar a natureza, o homem desenvolve certo nível de conhecimento que lhe permite saber quais são as formas apropriadas para essa intervenção”, o que acarretou na universalização do conhecimento devido à capacidade de expressão que permite perpassar o mesmo conhecimento para outras gerações, essa é a condição da existência do trabalho; atender as necessidades (materiais que sejam interligadas com as do capital). E conseqüentemente fundou o ser social como constitutivo do trabalho, uma vez que [...] “o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social”. (NETTO e BRAZ, 2006, p.34). Compreende-se que;

Além de supor a sociabilidade e a universalidade, o trabalho implica um dado conhecimento da natureza e a valoração dos objetos necessários ao seu desenvolvimento: aí é dada a gênese da consciência humana – como capacidade racional e valorativa. (BARROCO, 2006, p.27).

O ser social constituiu-se com o trabalho, pois, “o trabalho é fundante do ser social, precisamente por que é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade)” (NETTO & BRAZ, 2006, p.37). Ou seja, o desenvolvimento da sociedade ocorreu com o homem através do trabalho, e foi com o trabalho que surgiram as relações sociais com objetivos que criaram novas possibilidades. Um ciclo que cria e recria a realidade dos indivíduos baseado no movimento da história. Porém, esse desenvolvimento não se restringe apenas ao trabalho, mas incluem as relações sociais, com a natureza, e com outros homens.

O ser social fundou-se pela concepção desse movimento real, que vai além da necessidade de bens materiais e sim da socialização dos métodos da linguagem, da capacidade de interação no processo de trabalho. A transformação que ocorreu através do trabalho foi para além do processo produtivo e chegou às relações sociais, ou seja, o trabalho fez mediação que transformou a realidade social. Assim, “ao transformar a realidade, o homem transforma a si próprio: o processo de criação, do ponto de vista o sujeito, é processo de autocriação humana”. (IAMAMOTO. 2006, p.41).

O trabalho adquire centralidade que funda o ser social e une atividades do intelecto e manual e são estabelecidas pela condição humana posta sobre a natureza, apontando garantir sua existência. Se a princípio o trabalho era dividido por sexo, essas divisões passaram por algumas distinções. No modo de produção escravista, as relações de produção se baseavam na sujeição e domínio dos escravos aos senhores, no modo de produção feudal as relações eram baseadas na troca dos serviços por casa e comida e no modo de produção capitalista as divisões se acentuaram e suas principais características são: o trabalho assalariado, as relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção, os quais são movidos por lucros e têm como classes sociais, a burguesia x proletariado. E conseqüentemente,

O capitalismo transformou a vida cotidiana em mera luta pela riqueza. Os indivíduos passaram a considerar todos os outros como adversários e a sociedade se converteu na arena em que essa luta se desenvolve. As relações econômicas de mercado são expressões nítidas dessa nova relação entre os indivíduos e a totalidade social. Todos são inimigos de todos [...] (LESSA, 2008 p. 81).

Todo e qualquer trabalho nesse modelo de produção é fragmentado, segmentado, parcelado, o que vem distanciar o trabalhador desse processo. Com a evolução dos métodos da produção industrial, ficou evidente que ao fragmentar o trabalho há um aumento e rapidez na produção devido à inserção da máquina no processo produtivo, o que gradualmente deixava o homem de fora desse mesmo processo, ou seja, se detém a uma pequena parte e produz um terço do que produzia antes, a máquina agora é quem faz todo o trabalho e na

maioria das vezes o trabalhador só irá apertar um único botão, colocando-lhe à margem da sua atividade e alienando-o, já que não faz parte do processo completo.

Esse processo de transformação do trabalho no mundo é chamado de reestruturação produtiva, devido aos contínuos processos de modificações nas empresas e indústrias, distinguindo-se pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, pela acumulação flexível e pelas novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial. Conforme Gomes e Costa (2008), a reestruturação produtiva abrange amplas áreas do trabalho, causando diversas caracterizações e expressões da precarização do trabalho.

Na ordem vigente, essa divisão do trabalho se reverte em lucro e distanciamento do homem no processo de produção. Se de início o trabalho teve um caráter positivo que foi de transformar, inovar, evoluir e fundar o ser social como constitutivo do trabalho, nos dias atuais (re) produz alienação e riqueza para a classe dominante. Como diz Barroco, (2006. p 33):

O trabalho se realiza de modo a negar as suas potencialidades emancipadoras. Invertendo seu caráter de atividade livre, consciente, universal e social, propicia que os indivíduos que realizam o trabalho não se reconheçam nele, como sujeitos.

A riqueza produzida pelo trabalhador é expropriada pela classe dominante e o empregado é estimulado a produzir cada vez mais com a ilusão de que quanto maior for o lucro do patrão, mais empregos e aumento salarial e o que acontece é justamente o oposto, se emprega em máquinas, tecnologia e inovação e disso decorre o desemprego e péssimas condições de trabalho e os que sobrevivem no processo produtivo irão fazer atividades repetitivas que não precisam de qualificação nenhuma e terão seus salários rebaixados.

O capital se impõe no trabalho e a classe trabalhadora se submete a seus ditames como maneira de sobreviver. Com a inserção da tecnologia no processo produtivo, além do trabalhador ficar à margem do processo, não estar no processo completo do trabalho, que segundo Antunes (2005), é um processo de liofilização organizacional, ou seja, redução do trabalho vivo e aumento do trabalho morto, conseqüentemente ocorrem o desemprego e as formas mais variadas de condições de trabalho precarizadas.

Dessas transformações passaram a existir o trabalho informal, fragmentado, autônomo, temporário, parcial e as terceirizações, uma nova realidade que só prejudicou a classe trabalhadora. E com isso ocorre uma maior desigualdade. Partindo disso, nem todos irão fazer parte do mercado formal/informal de trabalho e por si só o capital é excludente.

Na sociedade moderna, com a divisão do trabalho, o trabalhador não se vê no que produz, não se reconhece no que faz, participa da produção de um determinado produto, mas não sabe que parte fez, pois com a divisão do trabalho, determinado objeto é feito por muitos

trabalhadores, “máquinas”, mas não sabe qual parte produziu e a alienação no capital se dá no trabalho quando você não se reconhece nele. E, “o trabalhador se aliena do objeto que ele mesmo criou; com isso se aliena das atividades, da relação-consigo mesmo e com os outros”. (BARROCO, 2006. p. 34). O capitalismo reproduz incessantemente alienação, desvaloriza o ser humano e o equipara a uma mercadoria.

A busca por avanços tecnológicos, invenções de novos produtos para o consumo faz parte da lógica do consumo do capital e abre espaço para inúmeras alienações, pois a prioridade do sistema vigente é satisfazer as necessidades do capital com o acúmulo de riqueza. Conforme Lessa (2008.p.79-80).

O capitalismo, ao desenvolver o individualismo burguês, que lhe é inerente, deu origem a uma sociedade na qual as necessidades coletivas são subordinadas ao enriquecimento privado, e na qual as necessidades humanas (coletivas e individuais) estão subordinadas ao complexo processo de acumulação do capital pelos burgueses. Desse modo, o capitalismo deu origem a indivíduos que perderam a noção da real dimensão genérica, social, das suas existências ficando presa a mesquinha patifaria, ao estreito e pobre horizonte da acumulação do capital.

Apesar de que, o capitalismo foi revolucionário em sua gênese, pois rompeu com toda estrutura do feudalismo e depois passou por fases que foram aperfeiçoando-o para atender aos seus interesses, a primeira fase do capitalismo ficou conhecida como capitalismo comercial e ocorreu durante a expansão marítima, as grandes navegações. Em seguida, o capitalismo concorrencial que se enraizou em outras partes do mundo, com as mudanças advindas da produção, mais conhecido como revolução industrial, e por fim, o Capitalismo monopolista teve início no século XX e vigora até os dias atuais. Esta é a fase de concentração e centralização maior de capital, isso quer dizer um maior controle das atividades econômicas que irá garantir mais lucros. Portanto,

A idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencializa as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial [...] combina com novas contradições e antagonismos (NETTO, 2005: 19-20).

No século XIX, ocorreu de fato uma mudança estrutural com avanços na comunicação, transporte, modelos e técnicas de produção. Além de todas as mudanças no universo trabalho, podemos unir as modificações por parte do Estado com alterações no econômico, político e social. Assim, Marx (1999) faz a análise da realidade objetiva da sua época e assegura que o Estado é o “comitê executivo” da burguesia. Com isso, o Papel do Estado na sociedade capitalista na contemporaneidade adota o neoliberalismo e com o discurso que o mercado não precisa do controle do Estado na economia ou mesmo na condução das políticas públicas e sociais.

O discurso que o mercado tem mais eficiência regulada por si só é uma estratégia que beneficia os grandes empresários e abre espaço para que se busque no mercado o que o Estado vem se desresponsabilizando, como a Educação que terá o básico e não contará com investimentos para nível superior e como tática para absorver os estudantes criaram-se programas como PROUNI* e FIES**, tanto na graduação como na pós-graduação com o financiamento por parte do governo federal, a Saúde mesmo que com sua integralidade em torno dos serviços ofertados conta complementariedade do setor privado.

E a assistência será focalizada, seletiva com ênfase no atendimento básico e para os segmentos mais pauperizados. A ideologia neoliberal foi quem abriu espaço para a privatização das empresas e a redução ou mesmo abolição dos gastos por parte do Estado no que se refere às políticas sociais.

E por fim, para compreender a categoria trabalho é necessário apreender a sua centralidade na sociedade, as mudanças que ocorrerão através do trabalho. Alguns autores dizem que o trabalho perdeu a centralidade, o que é um equívoco, pois vivemos numa sociedade que gira em torno do consumo exacerbado, na produção de mercadorias e exaustivas jornadas de trabalho que visam à exploração.

O trabalho neste modo de produção é um meio que valoriza ainda mais capital por uma busca incessante de lucros e nesse processo o capitalista envolve o trabalhador e traça estratégias para que seja mais produtivo e como prêmio recebe bonificações.

Sua finalidade não é de satisfazer necessidades da classe trabalhadora e sim do capital, com a exploração do trabalhador, na produção de mais valia que passa a ter valores de uso e troca, ou seja, o trabalho é uma mercadoria, que dá lucro.

PROUNI* - Programa Universidade para Todos (ProUni), tem como objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior. Portanto, instituições que concordam com o programa ficam isentas de tributos.

FIES**- O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos.

3. A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO E OS PROJETOS NEOLIBERAL E SOCIAL LIBERAL.

A Revolução Industrial, ocorrida no início do século XVIII, aconteceu na Inglaterra, ocasionando fortes mudanças no mundo do trabalho, nas relações econômicas e sociais. Esse acontecimento afetou o mundo do trabalho através de sua influência direta.

Cada uma dessas mudanças, a partir de então, teve um efeito dominó à medida que muda o modelo, concomitantemente toda a forma de ser da vida social. O capitalismo já era uma realidade no mundo e se consolida com a Revolução Industrial e ocorridas transformações no processo produtivo dava indícios que iria minimamente surtir efeitos nas profissões, na classe trabalhadora, nas formas de organização e nos sindicatos (o que veio a ser uma espécie de desarme). Assim, de acordo com Antunes (2004, p.342).

Desse modo, para se compreender a nova forma de trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende os assalariados, homes e mulheres que vivem da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores, manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria.

No modo de produção capitalista houve uma verdadeira evolução nos métodos da produção, que podemos intitular de Segunda Revolução Industrial ocorrida na segunda metade do século XIX e que proporcionou um aperfeiçoamento nas técnicas de produção. Os métodos que ficaram conhecidos são Taylorismo e o Fordismo e foram criados com objetivo de diminuir o tempo e maximizar produção e lucro.

O Taylorismo aperfeiçoou a produção, porque visou o lucro, diminuiu o tempo necessário para a produção, simplificou de maneira repetitiva e contínua para otimizar o processo produtivo, as formas organizacionais da racionalidade do trabalho. Frederick Taylor apostou na competitividade interna e dava por produtividade e incentivo salarial. Henry Ford deu continuidade ao que Taylor propôs e com o mesmo objetivo, só que com mais intensidade, a inovação da produção em série, numa larga escala, com esteiras, ganchos, em que o operário ficava praticamente parado e o objeto vinha até ele.

Houve um período de estímulo ao consumo das massas, acumulação, o auge do fordismo com a implantação do Estado de Bem-Estar Social, neste modelo o Estado fica responsável tanto pela política econômica, quanto pela proteção social. De acordo com Behring e Boschetti (2006, p. 83):

O Estado de Bem Estar Social foi à saída capitalista para a crise do capital. Ergueu-se após a crise de 1929-1932, e ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, quando o capitalismo entrou numa fase mais madura. Unindo as teorias de John Maynard Keynes (Keynesianismo) ao modo de produção fordista (produção e consumo em massa), o Estado de Bem Estar é considerado como os anos de “ouro” do capitalismo, onde houve elevação do padrão de vida das massas, altas taxas de lucro e aumento no grau de internacionalização do capital. Basicamente, se traduziu num período de forte regulação estatal da economia como forma de manter elevado o nível de emprego e ampliação de serviços sociais, como educação, segurança social, habitação e assistência médica.

O Estado do Bem-Estar Social ou Welfare State, no formato keynesiano ocorreu nos países norte-americanos e europeus mais industrializados, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial e era um modelo baseado no tripé: produção, economia e política, em outros termos, Fordismo, Taylorismo e Keynesianismo, esse padrão multiplicou capitais. E de acordo com Harvey (1998, p. 125): “o fordismo aliou-se firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo dedicou-se a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede”. Entretanto, se esgotou nos fins dos anos de 1960.

A partir dos anos de 1970, o capital passou por uma crise e teve como causas a crise do padrão da acumulação devido à queda da taxa de lucro, a crise do petróleo, o aumento de juros no domínio internacional, o esgotamento do taylorismo-fordismo já que a crise dava indícios que o modelo vigente não dava retorno ao que esperava o capital, que era a superação da crise. E na esfera mundial questionava-se o modelo keynesiano-fordista, foi uma crise estrutural do capitalismo e como resposta o capital se reinventou e passou a adotar como modelo de produção, o toyotismo ou produção enxuta. Desse modo, o projeto Neoliberal surge nesse contexto de crise que viu nela um projeto que visava sua superação. Para Alves (1999, pág.109).

Ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, onde a “intentione recta” da produção capitalista, sob a etapa da mundialização do capital, exige, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária (o que explica, portanto, os impulsos desesperado – e contraditório – do capital para conseguir a parceria com o trabalho assalariado).

O Toyotismo, que ficou conhecido como a Terceira Revolução Industrial, ocorreu no Japão, e tinha uma proposta contrária das outras técnicas, a sua é uma produção enxuta e flexibilizou a produção com a diminuição dos estoques e produzia o que fosse necessário, em escala menor, o operário aqui é mais explorado e com novas características: polivalente e multiprofissional. A reestruturação não ocorreu só na forma de produzir, mas nas relações econômicas, políticas, sociais e ideológicas. O método criado por Taiichi Ohno objetivava a maior produtividade e lucratividade e ocasionou realidade contrária aos trabalhadores que

além da alienação resultou a super exploração, exaustivas jornadas e péssimas condições de trabalho, além de maximizar as contradições e as desigualdades postas do capitalismo.

Vinculando a todas as mudanças no mundo trabalho, temos que articular as variações vindas por parte da minimização do Estado, “a ideia de Estado mínimo significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital” (FRIGOTTO, 2004, p. 84). Ou seja, uma consequência da política neoliberal, que visa retirar direitos que deveriam ser garantido por parte do Estado, e tem como discurso a transferência das suas responsabilidades para sociedade civil. E para (Netto, 2012.p.02);

No que toca as exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações sociais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal).

O processo de estruturação da supremacia ideológica do neoliberalismo teve início com Ronald Reagan, nos Estados Unidos e Margareth Thatcher, na Inglaterra, entre os anos 1970 e 1980, e abriu espaço para uma fase onde irá se acumular mais capital, desmonte das políticas de proteção social e as mudanças que ocorreram no âmbito do Estado devido à redução de iniciativas (incentivos) no que diz respeito aos direitos sociais conquistados anteriormente, às privatizações, abolição e enxugamento das politica sociais e às transferências de responsabilidades para a sociedade civil. Nas palavras de Anderson, (1996, p.56).

O neoliberalismo é: um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Este é um movimento ainda inacabado.

Esse processo chega ao Brasil em 1990. O Brasil pega o bonde andando, pois aqui não houve estado de bem estar social, então o que veio para cá foram às consequências dos efeitos do neoliberalismo, a conquista da *Constituição Cidadã* ficou apenas no papel, pois a Constituição não foi posta em prática e um ano após sua criação teve como discurso que estava obsoleta e o Estado se configura num processo de contrarreforma com ataques negativos aos direitos trabalhistas.

E no que se referem aos programas sociais como: Saúde, Previdência social, Habitação e Educação, a política neoliberal induz a diminuição do financiamento por parte do Estado, há uma diminuição em gastos públicos e o não em investimento e além do mais, quer resguardar-se da imagem que o público e o privado aparentam o mau e o bom, concomitantemente. Todavia, a maior qualidade do neoliberalismo não é a ausência de Estado, e sim o oposto, é

precisamente uma política concretizada através do Estado para compor o poder de uma classe. Contudo, “o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão dessestatizadas como queria” (ANDERSON, 1995, p. 23).

Portanto, o objetivo seria a não intervenção do Estado, mas, essa estratégia não surtiu efeitos, assim, a tática foi de desenvolvimento embora baseada com medidas pontuais combatendo a pobreza, conforme discutiremos a seguir, não trata-se de uma conscientização humana, porém, uma garantia que da condição para manter o sistema.

3.1 SOCIAL LIBERALISMO: capital humanizado ou manutenção do capital?

O neoliberalismo surgiu com a crise de 1970, um projeto arquitetado pela elite que via nessa ideologia a superação da crise, pelo seu caráter rentista. A reestruturação produtiva “ajustou” a sociedade para economia, política, produção e em toda sua estrutura. Mas, todos esses reajustes tiveram consequências negativas, como o aumento da desigualdade, fruto do desemprego e inúmeras expressões da questão social que vieram com muita força e mesmo com tudo o que esse projeto preconiza em prática os resultados não foram tão positivos como queriam seus idealizadores. Assim surge a “segunda variante ideológica do neoliberalismo – chamada social liberalismo – (CASTELO. 2013. p.247)”.

Essa fase é uma tentativa da classe dominante associar altas taxas de lucro e “responder aos problemas sociais” com ênfase em direitos humanos e combate a pobreza (com programas de caráter pontual e provisório), expressões da questão social ganham visibilidade a nível mundial, essa ideologia vem a ser uma versão nova do neoliberalismo, um projeto econômico feito pela elite como resposta para a questão social, quer dizer, uma agenda social que o neoliberalismo implementou a partir da década de 1990, associada a uma luta da classe trabalhadora contra os próprios efeitos .

Ou seja, as desigualdades socioeconômicas deixaram de ser uma solução para questões específicas do capitalismo e passaram a ser um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais. Assim, as classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculadas às lutas igualitaristas. O que antes era um ideal progressista passou a ter significados políticos e culturais conservadores. (CASTELO, 2013.p. 248).

Esse projeto é uma espécie de reação, pois o modelo neoliberal que procuraria soluções alternativas para os problemas deflagrados por aquelas mudanças radicais trazidas pela globalização, e para as quais o neoliberalismo não teria trazido soluções adequadas. Esse processo também passou por fases, a primeira conhecida como - O receituário ideal (Castelo,

2008) que defendia que os aparelhos dominantes trabalhassem com controle nos gastos públicos, desvalorização salarial, destruição do Welfare State e incentivo a privatizações. Apesar de que, os resultados não foram favoráveis e isso era um alerta para que se mudasse o caminho, de ajustes, logo, e a partir de agora, o Estado tinha que regular a economia e ser ativo nas expressões da questão social, a segunda fase conhecida como designa Castelo (2008) - Social Liberalismo, o neoliberalismo com nova aparência é inserido a partir de 1990, e vem intervir nas demandas sociais, e os percussores do neoliberalismo adotam um discurso mais humanizado de bem estar social.

Nesse estágio se preconiza o oposto, em vez de mínimo, o Estado tem que ser forte, para que possa no mínimo amenizar as desigualdades sociais, regular a economia e também atuar com políticas sociais paliativas, seletivas e assistencialistas com pactos com o setor privado e com sociedade civil no sentido de resolver a questão social. “Busca-se uma terceira via, um sincretismo entre o mercado e o Estado capaz de promover o bem-estar social. (CASTELO, 2008, p. 02).”

E no Brasil conduziu se a partir dos governos Lula e Dilma (há uma discussão acerca de quando essa ideologia chegou ao Brasil, entretanto deu-se continuidade ao projeto neoliberal que herdaram de Fernando Henrique Cardoso), e iniciou uma agenda de políticas econômicas e sociais para combater as expressões mais agudas da questão social. Lula em seu primeiro mandato criou o programa social FOME ZERO, com intuito de acabar a pobreza, mas logo veio à falência e no início do seu segundo mandato o expandiu e o designou como Bolsa família, com caráter seletivo. Só recebia o benefício quem comprovasse baixa renda, pois seria um complemento.

E o governo Dilma, além de dar continuidade aos programas de transferência de renda, vem fazendo “reformas” e cortes nas áreas da previdência, educação, saúde, habitação e demais áreas. Apesar de que, nesse mesmo governo, a Presidente diz que irá colocar o Brasil nas 5 primeiras posições da economia mundial, embora isso não queira dizer que as políticas sociais acompanhem esse mesmo ritmo, pois o que geralmente acontecem com as políticas é o assistencialismo, a focalização e a seletividade.

Diante do cenário de acirramento da questão social, a elite dominante com finalidade de traçar um novo plano que garanta a legitimidade da ordem vigente, sustenta mecanismos de coerção e passivação (quando cria um programa ou projeto que atenda contraditoriamente a seus interesses e aos da sociedade, mas sempre com controle das massas). É quando fica nítido que esse projeto contribui para a manutenção da ordem, pois a economia pode subir cada vez mais de patamar, e as políticas sociais não acompanham o mesmo ritmo, o que de

fato ocorre é uma série de mediações políticas e compensatórias da questão social, ou seja, ficam a mercê de programas de combate a pobreza, e mesmo assim, seletiva. O social liberalismo:

Deve ser visto não como uma conscientização humanista e social da burguesia, mas sim como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista que embasa uma série de intervenções políticas na “questão social”, como ações do voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas sociais assistencialistas e fragmentadas, que não questionam as bases da acumulação capitalista, produtora de riqueza no topo e de miséria na base da hierarquia social. (CASTELO, 2008, p.05).

De acordo com o autor, o social liberalismo além de ser um projeto econômico, é um projeto da classe dominante, pois, visa manter a ordem com discurso mais humano e de bem estar social para esconder a exploração vivida pela classe trabalhadora, e assim, não altera a lógica do capital.

4. SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

As profissões surgem a partir das necessidades e da sua utilidade social, ou seja, para instituir sua prática, através dos problemas e necessidades sociais. O serviço social surgiu para responder as demandas das expressões da questão social produzida pelo sistema capitalista e o Estado institucionaliza como profissão. Isso sucedeu a partir do momento em que o Estado passou a se responsabilizar pelos problemas sociais, de classes e sob a relação capital x trabalho, uma relação permeada por contradição. E de acordo com Iamamoto (2000.p. 21) o Serviço Social é “uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo na sociedade”. Portanto,

Os assistentes sociais possuem como objeto de trabalho as várias expressões da questão social, fruto da relação de confronto e antagonismo entre classes. Desse modo, o Serviço Social “situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998, p. 93-94).

O assistente social atua em um dos meios mais complexos e diversos de atuação profissional, (que vai de aquisição de metas a rentabilidade da empresa, essas geralmente são impostas pelo setor privado), e a viabilização de direitos e prestação de serviços públicos, além de depender da instituição empregadora, no atual contexto, a depender do vínculo empregatício pode estar sujeito ao processo de flexibilização e desregulamentação que afetou a todas as profissões. Bem como, “os desafios a serem enfrentados pela profissão –

consideradas as transformações “no mundo do trabalho” – passam, inegavelmente, pela configuração do atual mercado de trabalho dos assistentes sociais.”(MOTTA,1998.p.25).

As mudanças iniciadas em 1970, devido à crise na área produtiva, ocorrem a nível mundial e tais mudanças incidem no mercado profissional do Serviço Social, e no caso dessa profissão agrava ainda mais devido ao seu histórico de subalternidade, fragilizando-a mais, já que essa profissão foi criada num processo de contradição para atender de um lado a classe trabalhadora, mas contraditoriamente aos interesses dos donos do capital.

“A década de 1980 presenciou nos países do capitalismo avançado profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva.” (ANTUNES, 2000.p.23), e abriu margem para novas formas de trabalho: precarizado, fragmentado, informal, polivalente, subemprego e a intensificação da exploração de trabalho. Segundo Antunes (2000, p.23): “Foram tão intensas as modificações, que se pode afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise desse século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade”. Assim, a reestruturação produtiva fragmentou ainda mais a classe trabalhadora, incluindo os Assistentes Sociais por ser trabalhador assalariado com a desregulamentação e flexibilização das condições de trabalho.

A atuação do Assistente Social é baseada, essencialmente, nas relações sociais oriundas das expressões da questão social, que por sua vez é imposta pelas desigualdades do sistema vigente. Nesse processo de trabalho no qual o assistente social insere-se, seja instituição pública ou privada, o processo é o mesmo, vende sua força de trabalho, que vem a ser uma mercadoria, paga pela prestação de serviço que vai gerar um tipo de riqueza, embora seu trabalho não seja realizado nos porões de uma fábrica, ou seja, no processo de produção. E para, Guerra (2000, p.23),

(...) o assistente social como aquele que vende a sua força de trabalho, e junto com ela um conjunto de procedimentos de natureza instrumental socialmente reconhecido, os quais constituem-se no acervo cultural da profissão e os significados que adquire. Nessa perspectiva pode se pensar a instrumentalidade do trabalho do assistente social como propriedades/capacidades historicamente construídas e reconstruídas pela profissão, como uma condição sócio-histórica do Serviço Social.

Ao definir uma nova reconfiguração do trabalho, a reprodução do capital: gestão, consumo, força e venda de trabalho, tem se ai, um novo ciclo de transformações que gera conflitos na prática do profissional. Todavia, essas demandas atuais estão articuladas a essas modificações advindas do trabalho e as formas que operam na sociedade devido à adoção do ideário neoliberal. Deste modo, o profissional depende da instituição empregadora e:

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, forneçam meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis, e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o trabalho do qual ele participa. (IAMAMOTO, 2000 p. 62).

Entretanto, as transformações estruturais, somando-a com a minimização do Estado decorrente do sistema capitalista neoliberal, decompueram expressivamente as condições objetivas colocadas à atuação profissional de concretizar o Projeto Ético-Político da profissão. Isso implica o desenvolvimento da atuação profissional, ou seja, leva os profissionais a ir para as áreas de assessoria, consultoria, como também, quando atuam em instituições públicas, a sua atuação é restringida devido à extensa jornada de trabalho, o alto número de equipes que fica responsável ou a falta de condições objetivas, e por vezes sua intervenção é paliativa.

A prática profissional não é algo simples, e o cotidiano apresenta dificuldades, portanto, o assistente social como é chamado para trabalhar com a viabilização de direitos, por vezes se vê incapaz de responder as demandas que chegam, devido às condições objetivas de trabalho que lhe são dadas, pois

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p.422).

Os espaços como terceiro setor, as ONGS que tenha vinculação ou não com o Estado acabam por favorecer ao capital, pois desenvolvem um papel que o sistema dita sobre a transferência de responsabilidades, o que é do interesse da ordem vigente, a um único e claro objetivo, reverter valores, o que é direito passa a ser serviço assistencial. Dessa forma, o assistente social ver essas contradições no seu trabalho, e tem que lidar com a precarização e péssimas condições de trabalho, o profissional tem que perceber a realidade na sua totalidade enquanto dinâmica da vida social até para discernir o sentido da profissão, pois, tanto é parte de sua intervenção, quanto das condições e relações de trabalho.

Mesmo que as condições sejam bastante antigas, devido à precarização e autonomia regulada e transformadas em intervenção ou em condições de trabalho, são, portanto, manifestações da precarização do trabalho nos tempos de crise estrutural do capitalismo, e como forma de resistência, seria relevante que esses profissionais, juntamente com outras

classes, travassem e compartilhassem de espaços representativos de luta em defesa da classe trabalhadora, espaços constituídos e reconhecidos legalmente.

4.1 Trabalho e Serviço Social: Impactos para o mercado profissional

O contexto que nasce e desenvolve o serviço social como profissão tem como alicerce o desenvolvimento capitalista com a expansão da indústria; a urbanização e a questão social. As mudanças que ocorreram no universo do trabalho originam rebatimentos que atingem a condição do trabalhador assalariado, o que inclui os profissionais do serviço social, que são afetados com tais mudanças, com a desregulamentação e flexibilização das péssimas condições de trabalho, desde sua inserção na instituição empregadora até com as demandas que se apresentam para sua intervenção, pois qualquer alteração reflete no seu exercício, enquanto profissional.

O que sucedeu na contemporaneidade para os assistentes sociais foi à condução de (re) definir sua prática em consequência das mudanças da organização, gestão e força de trabalho. Nas instituições privadas houve uma disseminação de programas para a qualidade, com a finalidade de incentivar a classe trabalhadora a colaborar com o fortalecimento da empresa para atingir os padrões de produtividade e competitividade do mercado. Implica dizer, incentivar a classe trabalhadora à geração de um desempenho produtivo. Os profissionais reafirmam sua condição histórica de regulação social. Iamamoto (2000, p. 182) sinaliza que:

Embora o assistente social disponha de uma relativa autonomia na condução de seu trabalho, o que lhe permite atribuir uma direção social ao exercício profissional, os organismos empregadores também interferem no estabelecimento de metas a atingir. Detém poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização, salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho.

O maior espaço de atuação ainda é nas esferas estatais nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, pois centra mais ações do governo na área da assistência social com programas cada vez mais pontual, seletivo e focalista, com ênfase em programas de transferência de renda, que tem como público alvo a classe social mais vulnerável da sociedade. Nas instituições públicas, a atuação do assistente social por vezes é paliativa devido às relações de poder institucional, embora essa profissão seja considerada liberal, ainda existem alguns entraves no que se refere a sua autonomia, que vem sendo regulada.

As implicações dessas mudanças são antagônicas, assim como a ordem vigente e as regras do modelo neoliberal, pois se de um lado ocorre a precarização nas condições de trabalho e das políticas públicas e sociais, do outro, cria-se novos espaços de atuação

permeados de precarização como o terceiro setor, (contratação temporária, redução de salário ou trabalho voluntário), que vem a ser a consequência da transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil ou mercado.

O profissional tem que estar habilitado e observar a realidade para saber enfrentar essas demandas que vem a ele, e também se inserir e estabilizar no mercado, sempre com os princípios de ética profissional e com enfoque de transformar a ordem social atual. Assim, “o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade”. (IAMAMOTO, 2000. p. 54). Conforme Iamamoto, (2000, p.20) o profissional tem que: [...] “ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional”.

Nesse sentido, apreender a realidade em toda sua totalidade é desafio para o profissional, que é chamado a dar respostas às “novas” demandas que lhe são apresentadas em qualquer que seja sua área, tanto na execução, formulação e execução de políticas, como nas elaborações acadêmicas. É nessa conjuntura que a mediação apresenta-se como essencial para a intervenção profissional. E de acordo com Pontes (1995. p. 95).

A categoria mediação foi introduzida do discurso profissional inicialmente pela via da análise política, na sua articulação no bojo das políticas sociais e de uma inserção sócio profissional. A pressão das demandas postas pela realidade á profissão, pode-se afirmar, foi à geradora da discussão metodológica da mediação enquanto categoria teórica.

O serviço social é uma profissão que atua na realidade e a mediação é essencial para uma intervenção qualificada, com a expansão do modo de produção capitalista e, portanto, as desigualdades das expressões da questão social são a realidade percebida pelos assistentes sociais. Ou seja, para o assistente social que intervém nela, entender essa realidade, e identificar futuras possibilidades de acordo com as demandas para intervenção. De acordo com Guerra, (2007, p. 02):

A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita aos profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio dessa capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

Deste modo, entender as mudanças da sociabilidade, é compreender que essa profissão também precisa responder as “novas” demandas que são postas, pois cada vez mais se exige um profissional qualificado, que faça análise crítica da realidade, que vá além das aparências do cotidiano, e que seu fazer profissional seja de acordo com a mediação. Conforme Guerra, (2000, p. 168) “ao atribuir autonomia às metodologias de ação e ao instrumental técnico, ao

separá-los e torná-los independentes do projeto profissional, o assistente social acaba por transformar o que é acessório em essencial”.

Sua atuação deve ser baseada em pilares fundamentais como intervenção, proposição e pesquisador da realidade social, atributos necessários para além da sua inserção e manutenção no mercado, como também diante dos novos postos de trabalho.

Com base no exposto, seria necessária e fundamental uma luta da classe com os profissionais que atuam na ponta, ou seja, na prática do cotidiano, com instituições de ensino, pesquisa e extensão, os representantes dos conselhos, a nível regional e federal, sobretudo com os que ainda estão em processo de formação na construção de espaços que discutam temas relevantes para refletir, construir e traçar técnicas para enfrentar as imposições determinadas pela reconfiguração do trabalho na qual se apresentam para o serviço social na conjuntura atual.

De acordo com essa orientação, o profissional tem que ir além do óbvio para compreender a realidade e identificar as possibilidades que incentivem a sua prática profissional, pois,

[...] as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. (IAMAMOMOTO, 2003, p.21).

Portanto, é imprescindível a construção e ampliação de espaços para propor opções de intervenção e por isso, é preciso ter conhecimento que nesse meio existem limites, desafios, dificuldades, mas também possibilidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da decomposição do universo do trabalho, da sua precarização, do desemprego estrutural, do aumento exponencial das expressões da questão social, associada às transformações do trabalho e que acarretaram mudanças, inovações e avanços, sobretudo na existência da evolução humana possibilitando a constituição do ser social.

Destarte, as deformações surgiram desde o rompimento com a sociedade primitiva, as divisões se tornaram complexas e ao chegar ao sistema vigente, se acentuaram a um nível que distancia o trabalhador desse processo, aliena-o e o torna descartável.

Os meios de produção passaram por uma revolução causando uma diminuição do uso da força de trabalho devido à evolução dos métodos de produção industrial que aperfeiçoaram os ditames desse sistema. O modelo que incentivou o consumo de massas esgotou-se e para se reerguer-se, um novo modelo foi criado e é conhecido como reestruturação produtiva e tem o

objetivo de superar a crise do capital e diante disso surgem novas regras que foram postas para o processo produtivo, e conseqüentemente para as esferas da política, da economia, do social e do ideológico e vigora até dias atuais.

Dentro desse contexto, as políticas públicas e sociais sofreram cortes e reajustes; as profissões surgiram com um leque de precarização e péssimas condições de trabalho as quais irão ser submetidas como: trabalho informal, temporário, voluntário, terceirizado e subcontratado. Sub condições que afetaram os assistentes sociais, comprometendo a sua intervenção enquanto profissional. Trata-se, pois, de novas regras que limitam a atuação profissional, além do retrocesso em torno das políticas sociais.

Com a devida compreensão que esta profissão é constituída por relações sociais historicamente e é, entretanto, permeada por mudanças, advindas da realidade, ou melhor, determinadas pela reconfiguração do trabalho, ocorre o crescimento exponencial da questão social colocando para os profissionais demandas que estão articuladas as transformações do trabalho e concomitantemente novos espaços de atuação irão surgir permeados de precarização nas condições de trabalho, além do mais, a incidência na relação do Estado que irá passar a ter um papel de regulador.

Em suma, além de uma atuação que norteie por parâmetros do projeto ético-político que afirma os direitos sociais e uma sociedade mais justa e igualitária, pensar sobre os limites e possibilidades na sua intervenção com o uso potencial do conhecimento crítico na (re) construção das demandas e das políticas sociais.

É necessário, portanto, a criação de espaços de representação contra esses novos cenários de reconfiguração do trabalho para que a categoria unida enfrente, conteste e lute contra os impactos explícitos para os Assistentes Sociais.

WORK AND SOCIAL SERVICES: (Re)configuration of the work and the impact to the professional market.

ABSTRACT

This article aims to analyze the working conditions which social workers are inserted from corporate transformations. Consequently, for the development of the proposal analysis was necessary to write, even if briefly, on the working class and the transformation of the labor market that occurred over time, related to the restructuring process and the neoliberal ideology that imposes the flexibility, the precariousness in economic activity, and minimal state intervention causing further exploration and reduction of duties. Finally, the implications for the professional market for social workers to be part of the casualization process that will expose throughout this study. The research is literature study, therefore, is to use as sources:

books and articles. Electing premised on the work category, its transformations and the consequences for social service. In this context, it is clear how the intervention is challenging and responsibility of the professional to understand the changes that have occurred, as well as coordinate with the neoliberal project and seek to grasp the conditions and labor relations social worker, and as a suggestion to strengthen the category signals what possibilities the following as a form of resistance, confrontation and struggle of the class with a performance that should be in line with the Political Ethics Professional Project.

Keyword: Social Service. Social Worker. Job market. Productive restructuring.

Neoliberalism.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e a mundialização do capital – A nova degradação do trabalho na era da globalização**. 2ª EDIÇÃO. PRAXIS, LONDRINA 1999.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: **GENTILI, P.; SADER, E.** (Org) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, R. ALVES, G: **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. EdSoc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em Março, 2015.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7 ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. **A Desertificação Neoliberal no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Trabalho, ser social e ética. In: **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, E. R., IVANETE, B. **Política Social: fundamentos e historia**. Cortez, São Paulo, 2011.

CASTELO, R. **O social liberalismo e a globalização da “questão social”** In: IV Conferência Internacional “La obra de Carlos Marx y los desafios del siglo XXI” 5ª8 de maio, 2008ª

_____. **O social – liberalismo: o auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**./Rodrigo Castelo – 1. ed. – São Paulo : Expressão Popular ,2013.

COUTINHO, C.N.O. Gramsci: **um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: **GENTILI, Pablo**, (Org.). *Pedagogia da Exclusão*. 11ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade nº 62 –Ano XX –março 2000.

_____. **Instrumentalidade do Serviço Social**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

GOMES, Carlo Minayo e COSTA, Sonia M. Fonseca. **Precarização do Trabalho e Desproteção Social: desafios para a saúde coletiva**. Rio de Janeiro, 2008.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1998.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Trabalho e individuo social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez. 2006.

_____. A questão social no capitalismo. In: **Praia Vermelha**. Estudos de teoria e política social. N° 8. primeiro semestre. Rio de Janeiro: UFRJ. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. 2003.

LESSA, S. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008;

_____. **O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade**. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Brasília, 1999.

MARX, K; ENGELS F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9ª ed. RJ: VOZES. 1999.

_____: **O Capital, Vol. 1/1, Ed. Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, 1971.

MÉSZÁROS, István. “A crise estrutural do capital”. In: **Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. N. 4. Rio de Janeiro, 2000

MONTANÕ, C.E. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. 2002. Disponível em:
http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf> Acesso em: Setembro, 2015.

MOTA, A. E. (org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. V. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós - 64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **CRISE DO CAPITAL E CONSEQUÊNCIAS SOCIETÁRIAS**. 2012.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000300002&script=sci_arttext.

PONTES, Reinaldo Vieira. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo, Cortez Editora; Belém, PA: Universidade da Amazônia. 1995.

RAICHELIS, R. O Assistente Social como Trabalhador Assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Rev. Serviço Social e Sociedade**, n.107. São Paulo: Cortez, 2011.

SAWAYA. Rubens Rogério. **Liberalismo Humanista: Amartya Sen e Desenvolvimento** ABDEL – Associação Brasileira para Desenvolvimento de Lideranças-Maio2010. Disponível em: < <http://www.lead.org.br/article/print/388>> Acesso em: Outubro, 2015.